

Juventude e Participação Política: a experiência da juventude no debate em conferências.*

Daiany Cris Silva;

Universidade Estadual de Maringá;

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo analisar o fenômeno da reduzida participação política da juventude nos processos políticos em curso na cidade de Maringá, cidade média, localizada no norte do Estado do Paraná, no Brasil. O artigo apresenta os resultados das observações feitas durante a 5º Conferência Municipal da Juventude nessa cidade, no ano de 2015.

Palavras-Chave: juventude, participação política, conferências, democracia e cidadania.

Introdução

A participação social e política da juventude foi recentemente reconhecida pelo estado brasileiro com a promulgação do Estatuto da Juventude, em 2013, até essa data os jovens brasileiros ficam a margem da sociedade de uma legislação específica que os definissem como sujeitos de direitos. A lei 12.852/2013, o Estatuto da Juventude, incluiu o jovem de 15 a 29 anos entre as prioridades do Estado e garantiu direitos que antes eram apenas assegurados para as crianças, adolescentes e idosos. Dentre esses direitos estão: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. O Estatuto indica, ainda, a necessidade, de colocar os jovens a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Sua promulgação pode ser considerada um marco legal de políticas para a juventude brasileira.

Percebemos deste modo que apesar de o jovem ser parte de um grupo considerado por muitas vezes como “o futuro do Brasil”, não tinha até o início da última década o seu poder de atuação política e social assegurado pelo Estado. A implementação de aparatos institucionais

*Este artigo é resultado da Pesquisa de Iniciação Científica realizada pela autora entre os anos de 2014 e 2015, que contou com a colaboração de Jaqueline Ilaria de Lima, ambas as pesquisadoras são graduandas de Ciências Sociais que integram o Núcleo de Pesquisas Geracionais coordenado pela Doutora Simone Pereira da Costa Dourado professora associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

direcionados diretamente a juventude foi uma grande conquista para os jovens brasileiros, pois assuntos como a organização juvenil, a condição de exclusão do jovem, os efeitos das desigualdades, a violência, a homossexualidade e os direitos das mulheres jovens passaram a ser pautados como objetos necessários de serem discutidos pelos executivos e legislativos de diferentes níveis. Contudo, no que se refere a participação política, a juventude cumpriu um caminho de redução na participação política eleitoral e abstenção na maioria dos debates estabelecidos em espaços como o das Conferências. Para se ter uma ideia, a Assistência Social havia realizado até 2015 dez conferências em Maringá e a juventude apenas cinco conferências. Comportamento considerado contraditório quando pensamos na juventude como um grupo etário a qual se atribui vigor, participação ativa e posturas contestatórias.

Partimos dessa forma do pressuposto de que a Juventude é considerada, segundo o senso comum, como um agente que movimenta o meio social, um agente da mudança para explicar a sua pouca organização para participar e estruturar canais tão relevantes da participação política na atualidade, como as conferências.

Sabemos que a participação política não pode ser reduzida ao quadro de representatividade institucional. Reconhecemos a necessidade de considerar o papel que os jovens exercem na sociedade e que sua interferência nas transformações sociais ocorre para além da institucionalidade da participação política por meio de conferências, mas consideramos que a reduzida participação da juventude em determinados processos políticos é um fenômeno que merece reflexão.

A análise proposta por esse estudo se ampara principalmente na representatividade dos jovens entre 15 e 29 que participaram da 5ª Edição da Conferência Municipal da Juventude em Maringá. A partir da descrição e análise do que ocorreu nesse evento, levaremos em consideração a discussão sobre a implementação de políticas para a juventude e a participação política desse grupo em movimentos sociais dinâmicos que refletem a forma com os jovens têm escolhido se movimentar politicamente.

Nossa pesquisa dialoga com o campo dos estudos geracionais, principalmente com as ideias de Karl Mannheim, pioneiro da sociologia da juventude, que nos fornece questões centrais para pensar a juventude brasileira.

Uma Conferência da Juventude: como os jovens participam.

Durante a 5ª Conferência Municipal da Juventude (5ª CMJ) participei do evento como delegada governamental, inscrita pelo Observatório das Metrôpoles/ Núcleo UEM. As análises feitas desse processo foram por meio de observação e algumas conversas informais que tive durante o evento, documentadas em diário de campo, não houve nenhuma entrevista formal para o estudo.

A 5ª CMJ tinha como tema a “Participação Social e Protagonismo Juvenil na Construção de Políticas Públicas para Juventude”. A mesa redonda foi composta por um ex-membro do Conselho Nacional da Juventude e uma Promotora de Justiça. A mesa discutiu os direitos assegurados no Estatuto da Juventude e o tema proposto pela conferência.

Nas falas dos integrantes da mesa se fez muito presente a visão do jovem como símbolo da vitalidade, força e energia. Mas a representatividade do jovem no exercício do poder institucionalizado foi considerada mínima, não existindo incentivos para que sua participação seja ampliada.

Segundo as organizações que procuram assegurar os direitos juvenis esse é o quadro atual da juventude e o foco dessas organizações é estimular políticas públicas com um melhor formato e que reflitam os desejos reais da juventude. O protagonismo juvenil deve ser fomentado por práticas que estimulam o exercício do poder da juventude por meio da transformação do jovem como o sujeito em função do reconhecimento de seus direitos.

Após as falas da mesa, foi aberto para que os delegados da Conferência fizessem rodadas de perguntas. Como delegada da Conferência, me senti impelida a informar a plenária o que tinha me motivado a participar: compreender por que os jovens de Maringá estão tão ausentes dos processos políticos em curso, inclusive das eleições. Quando disse sobre o quadro de redução da participação eleitoral dos jovens entre 16 e menos de 18 anos de idade, desatacando que, em 2010, pouco mais de 800 jovens nessa faixa etária votaram em Maringá e que, em 2014, a redução foi ainda maior, cerca de 200 jovens apenas compareceram as urnas, a notícia foi recebida com um pouco de espanto e preocupação. Minha análise causou estranheza, pois salientei a contradição da reduzida participação política juvenil nos espaços abertos para a vivência da democracia representativa e as falas que tributam à juventude energia para promoção de mudanças.

Recebi como resposta várias questões como: Qual o significado do descrédito no sistema democrático? A não participação da juventude no processo eleitoral advém do descrédito que esses jovens têm na política nacional. Os demais jovens que estavam ali como

delegados, assim como eu, destacavam que não se pode culpar o jovem por não se sentir mobilizado a retirar o título de eleitor, pois, a falta de divulgação e incentivo ao voto pode ter influenciado no baixo comparecimento às urnas, assim como o quadro demográfico atual.

Além disso, foi pontuado que a transformação social não depende de ações institucionalizadas, como os processos eleitorais e que as conquistas da juventude nos últimos tempos são fruto das manifestações e dos movimentos políticos não institucionais, o exemplo dado foi as jornadas de junho de 2013.

Durante a Conferência, escolhi participar do grupo de trabalho que tinha como tema os principais avanços e dificuldades para a cidadania, participação social e política. No entanto, o debate girou em torno da questão sobre se o marxismo era ou não ensinado nas escolas, sobre a frequência com que os jovens ocupam os espaços públicos para se drogar, entre outros assuntos que só reafirmavam os estigmas da juventude. E o único consenso a que chegamos foi que o Conselho Municipal da Juventude, que ainda não foi estabelecido em Maringá, seria a nossa pauta mínima e principal.

Na plenária final a luta por espaço foi mais visível ainda. O passe livre irrestrito não foi aprovado como proposta, sendo esse um dos direitos assegurados no Estatuto da Juventude, mas surpreendentemente rejeitado pelo conjunto de delegados que compareceram a 5ª conferência da juventude de Maringá. Foram aprovadas propostas como a que indica que a educação seja voltada para a preservação da instituição familiar e a que permite parcerias entre a Prefeitura e empresas privadas de comunicações, por meio de isenção de impostos a essas empresas, para que seja liberado o *wifi* gratuito para a cidade. Foram aprovadas moções de repúdio a “ideologia de gênero” e de apoio a redução da maioria penal.

Esse cenário revelou um grau de conservadorismo muito grande entre os jovens delegados daquela edição da Conferência de 2015, algo muito assustador se considerarmos que o foco da Conferência era estimular um melhor formato de políticas públicas que deveriam refletir os desejos da juventude. Houve no evento uma grande mistura do que é público com o que é privado. Por meio de falas extremamente conservadoras e pautadas em convicções religiosas, muitos dos jovens que participaram da Conferência não quiseram sequer ouvir sobre a necessidade de se discutir a questão do aborto no Brasil e apoiaram pautas que agem contra os próprios jovens como a redução da maioria penal.

Diante desse panorama, percebi que a juventude que é considerada como a “reserva latente” como aquele que pode exercer uma participação criadora na vida social, pode se

colocar de fora dos conflitos sociais, sem interesses implicados e deste modo se encontra incapaz de fazer pulsar o seu ar contestatório, a sua latência. Os jovens delegados que participaram da Conferência da Juventude que participei em Maringá estão inseridos em um modelo educacional repetitivo, tradicionalista e conservador. A participação em grupos religiosos marcados pelo conservadorismo amarra o potencial transgressor da juventude que passa a pensar e se expressar por meio de valores que em nada lembram o potencial transgressor que a ela cabe na mudança social.

Como a Sociologia nos ajuda a compreender a juventude

O conceito de gerações é construído de acordo com cada cultura e não se estabelece de forma linear ou simplesmente natural, são categorias socialmente produzidas. Nessa perspectiva se faz necessário uma distinção dos fatores biológicos e naturais do ser humano e a variação das formas com que o indivíduo concebe histórica e socialmente sua identidade geracional. O conceito de gerações assume conotações importantes de transformação política e social.

Na modernidade, fatores como a fixação da maioridade, a invenção da aposentadoria como forma de resolver os problemas de marginalização e da solidão daqueles que possuem mais de 65 anos de idade, a entrada no mercado de trabalho, são fundamentais para organizar o ensino, a política e o mercado. A sequência da vida é regulada em nossa sociedade de forma institucional e a vida moderna se periodiza de acordo com a instituição social baseada na idade cronológica.

Esse mecanismo de construção das categorias de idade, orientado pela institucionalização da idade cronológica, revela uma luta política em que se redefine os poderes ligados a grupos sociais em diferentes momentos da vida.

No campo de estudos sobre a juventude, o sociólogo Karl Mannheim, ao discutir o problema da juventude na sociedade moderna, nos leva a uma reflexão muito importante do quadro político atual da juventude contemporânea, que se mostra individualizada e pouco revolucionária, evidenciando a tendência de uma sociedade estática e tradicionalista, o que nos revela que a juventude pode se movimentar de forma ardorosamente revolucionária ou totalmente reformadora.

A sociedade cria, em relação aos jovens, expectativas de que eles se comportem de forma transgressora, o que Mannheim nos ensina é que esse não é o único caminho para a

juventude. Os jovens não seriam transgressores por natureza. Segundo Mannheim (1961 p.41) “A juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade”. De forma dramática, esse sociólogo adverte que a oportunidade pode estar em ser apenas a reprodução do que já está posto pela sociedade.

Para juventude, o cenário atual, quando consideramos apenas o terreno da participação política, não é muito promissor. Há uma decrescente representatividade política, constatada nos dados estatísticos eleitorais e visivelmente fragilizada nos movimentos sociais. Bourdieu (1983), ao explicar o processo de despolitização da juventude, nos mostra como a movimentação social dos jovens se tornou vaga e facilmente desconstruída pelo sistema vigente, reafirmando o pensamento de Mannheim que atribui à juventude a potencialidade de agente gerador das mudanças ou reproduzidor do sistema de valores vigente.

Mas, afinal, qual o verdadeiro papel da juventude em nossa sociedade? Como podemos perceber o desempenho desse papel por meio da análise dos processos políticos, particularmente o comprometimento da juventude com os processos de participação em espaços de debate e discussão sobre temas que lhes são caros?

Segundo o Censo demográfico de 2010 ocorreu uma mudança considerável na estrutura etária nacional, houve um estreitamento da base da pirâmide etária e um visível alargamento no topo da pirâmide, esse comportamento se repete em todas as grandes regiões do país e o aumento da idade média é a consequência dessa mudança. Esse comportamento observado pelo IBGE é muito importante para perceber o crescimento da população idosa no país e analisar o aumento de sua representatividade como grupo geracional. Pois, ao compararmos os dois grupos geracionais, idosos e jovens, podemos observar o crescente aumento populacional dos idosos e conseqüentemente o aumento de sua perspectiva de vida e longevidade. Quanto aos jovens percebemos um decréscimo constante do seu grupo geracional, o que significa uma perda de representatividade como grupo geracional.

Entretanto, o que é “demográfico” somente conta como condição da situação no momento em que se transforma em social (IANNI p.170). Uma pesquisa de opinião pública da Secretaria Nacional da Juventude, realizada no ano de 2013, nos revela muitos elementos para a ampliação desse debate. A pesquisa retrata os interesses, preocupações, valores, percepções e participação política sob a ótica da própria juventude. De acordo com o estudo da SNJ, política, cidadania e questões sociais como drogas, violência e desigualdades sociais estão entre os cinco temas que a juventude gostaria de discutir em sociedade. 54% consideram

a política muito importante e apenas 16% não a consideram nada importante. Um dado muito interessante é que 91% dos jovens acreditam que podem mudar o mundo, uma afirmação forte e esperançosa quanto o seu papel na sociedade. O que reafirma, de certa forma, a representação tão referida pela sociedade do jovem como articulador de revoluções. O próprio jovem incorpora a ideia de ser sua característica quase inata a condição de agitador político, moldada pelo senso comum.

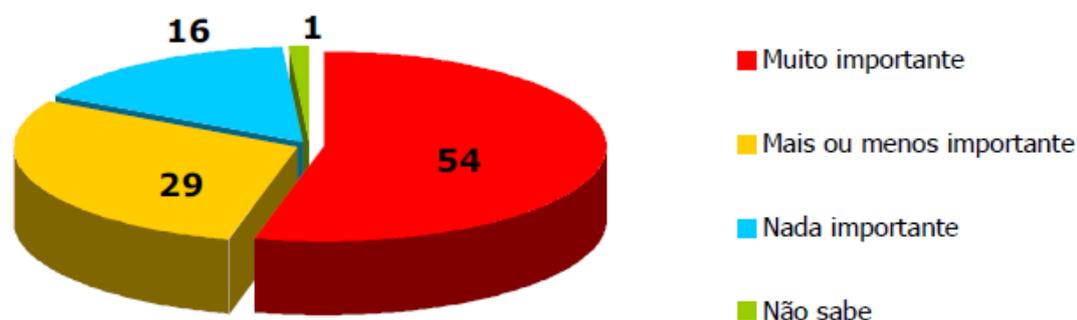


Tabela 1: Agenda Juventude Brasil 2013 - **Percepção do Grau de Importância da Política**

Fonte: <http://juventude.gov.br> (Secretaria Nacional da Juventude)

No entanto, quando se trata de participação ativa nas decisões políticas, os jovens se mostram alheios quando respondem, em grande maioria, que não gostam de política e não se envolvem, ou se interessam, mas não participam.

Considerações Finais

A significativa redução do número de jovens que, em condições de exercer o direito de participar dos processos eleitorais em 2010 e 2014, optaram por não se habilitar, não fazendo seus títulos de eleitores, possibilita discutir se retardar a participação eleitoral para o momento em que ela se torna obrigatória, aos 18 anos, tem relação com outras posturas pouco participativas e pouco transgressoras dos jovens na sociedade. Mas, o fato é que em um debate coletivo, como o estabelecido na 5ª Conferência da Juventude em Maringá, essa situação trouxe desconforto, mas a saída não foi no sentido de elencar posturas transgressoras e sim a afirmação de pautas muito conservadoras que constroem e agem contra os interesses da juventude, mesmo os manifestos pelo Estatuto da Juventude desde 2013.

O jovem parece encontrar-se imerso em um mundo cada vez mais pré-definido e o choque criador de uma inconformidade radical está menos presente quando ele entra na vida

social e no mundo da participação política. O comportamento radical gerado pela descoberta do sistema não é um comportamento presente entre os jovens atuais. A definição de Jovem radical é do sociólogo brasileiro Octavio Ianni, que retoma as definições de Mannheim e a partir delas estabelece um diálogo com o jovem brasileiro. Consiste em ser o comportamento Radical consequência do desajustamento social em que o jovem se encontra e então poderia ser gerada uma consciência social singular que transformaria o jovem em político ativo.

Há um processo de afastamento da juventude da política representativa na forma como ela se apresenta. Participar da democracia representativa, exercendo o direito ao voto, não tem sido uma opção para os jovens que completaram 16 anos e ainda não chegaram aos 18 anos. Para os que estão na faixa etária de 18 a 29 anos o voto é obrigatório e, portanto, direito e dever aqui se confundem. O interessante é perceber, contudo, a força do conservadorismo da juventude quando ela é convocada a discutir coletivamente sobre assuntos que afetam o seu dia a dia. A experiência da 5ª Conferência da Juventude em Maringá é sintomática de como é importante abrir novos espaços para informação e debate de temas que afetam os jovens que os façam conhecer e defender os valores democráticos para quem sabe não criem armadilhas para sua própria seguridade e bem estar e pautas como as aprovadas e defendidas não mais vigorem. Só a criação de espaços amplos e que reproduzam a diversidade da juventude podem mostrar como a defesa da gratuidade do transporte e o debate sobre educação sexual e diversidade de gênero são importantes para juventude e devem surgir como reivindicações dos jovens em suas conferências. Nesse sentido, a Sociologia, disciplina que deixou de ser obrigatória na última reforma do ensino médio no Brasil, poderia apresentar uma importante contribuição.

Bibliografia

BARROS, Myriam. Moraes. Lins. **A velhice na pesquisa socioantropológica brasileira**. IN: GOLDENBERG, Mirian. (org.) *Corpo, Envelhecimento e felicidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.p.45-64, 2011.

BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra.** IN: BOURDIEU, Pierre (colt.) *Questões de Sociologia*, Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, p.p.112-121, 1983.

BRITO, Fausto. **Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil.** *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*: São Paulo, v. 25, nº 1, p.p. 5-26, jan-jun. 2008.

DEBERT, Guita. Grin. **Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice.** IN: DEBERT, Guita. Grin. (org.) *Antropologia e Velhice*. Campinas: Textos Didáticos do IFCH/UNICAMP, nº 13, p. p. 7-27, 1998.

_____. **A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade.** IN: BARROS, Myriam. Moraes. Lins (org.) *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. p. 49-67, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. *Coroas. Corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade.* Rio de Janeiro: Record, 2009.

GOLDMAN, Márcio. *Como funciona a democracia. Uma teoria etnográfica da política.* Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006.

_____ & SILVA, A.C. **Por que se perde uma eleição?** In: GOLDMAN, Márcio. (org.) *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p.p. 145-166, 1999.

HEREDIA, Beatriz. & PALMEIRA, Moacir. **O voto como adesão.** In: *Teoria e Cultura*. Revista do Mestrado em Ciências Sociais da UFJF, vol. 1, nº. 1, p. 35-58, 2006.

IANNI, Octavio, **“O Jovem Radical”**, In *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 159 – 179, 1963.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política.* Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MANNHEIM, Karl. **O Problema da juventude na sociedade moderna.** IN: Mannheim, Karl. *Diagnóstico de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, p.p.36-61, 1961.

MILBRATH, L. W. & GOEL M. L. **Political Participation: How and Why Do People Get Involved in Politics?** Chicago: Rand McNally College Publishing, 1977.

OKADO, Lucas. *Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?* Maringá, 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. e AYRES, Carla Simara. **Democracia, Participação e mudança geracional no Brasil.** *Século XXI*, UFSM, Santa Maria, v. 1, n. 2, p.p. 62-78, jul./dez. 2011.

PALMEIRA, Moacir. **Eleição municipal, política e cidadania.** In: PALMEIRA, Moacir. & BARREIRA, César. (orgs.) *Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p.p.137-150, 2006.

PALMEIRA, Moacir. **Política e tempo: nota exploratória.** In: PEIRANO, Mariza. (org.) *O Dito e o Feito. Ensaios de Antropologia dos Rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p.p.171-177, 2002.

SIMÕES, Júlio Assis. **“A maior categoria do país”: o aposentado como ator político.** IN: BARROS, Myriam. Moraes. Lins (org.) *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. p. 13-33, 2006.

STUCCHI, Débora. **O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria.** IN: BARROS, Myriam. Moraes. Lins (org.) *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. p. 35-46, 2006.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales & GOMES, Marília Miranda. **Transição demográfica: a experiência brasileira.** *Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília*, 21 (4), p.p. 539-548, out-dez, 2012.

WELLER, Wivian. **A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim.** *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 25, Nº 2, p.p 205-224, maio-agosto, 2010.